



o trabalhador da CML



NOVOS ROUBOS NO HORIZONTE?

Que reorganização nos espera na CML?

Pág. 10

Os problemas nas Juntas de Freguesia agravam-se!

Pág. 3



O esbulho

Passados os meses de férias, as dificuldades do dia-a-dia a que muitos fugimos para um merecido descanso, regressa pela mão (de quem mais?) do governo de Passos e Portas que constroem, há três longos e penosos anos uma realidade consubstanciada num roubo permanente, autojustificado como algo indispensável à vida e ao futuro do país e de todos nós. Uma mentira que revela, na prática, o esbulho a que todos (ou quase todos), temos sido sujeitos.

Os trabalhadores portugueses são alvo de uma intensa propaganda que procura um único objetivo: iludir a realidade dramática que se vive de norte a sul do país e consolidar a ideia que afirma as fracas ou mesmo inexistentes perspectivas, em recuperar direitos e rendimentos usurpados em nome dos interesses de um punhado de grandes banqueiros e administradores do grande e nauseabundo mundo empresarial (leia-se do 'capital'). Se dúvidas houvesse, aí está o caso do GES e do seu braço financeiro, o BES, demonstrando inequivocamente para quem trabalha este governo e a quem serve esta política.

Inevitabilidades? Só na cabeça de quem as constrói obviamente. Continua a estar na ação coletiva dos trabalhadores e da sua capacidade de organização e mobilização, o melhor e mais fiável caminho para a derrota de quem nos empurra para um mundo de pobreza, mais ou menos aflitiva conforme a realidade objetiva de cada um.

Neste sentido é inevitável, aqui sim, referir a importância da central sindical que nunca traiu os trabalhadores portugueses. A CGTP-IN

celebra, a 1 de outubro, 44 anos de vida, sinónimo de combatividade, de honestidade e determinação na defesa de todos os que justificam e legitimam a sua existência.

É com a CGTP-IN que a luta, séria e consequente, se faz e se aprofunda num momento em que a proposta do governo para o Orçamento do Estado de 2015 começa a ganhar contornos mais ou menos evidentes. Um documento estratégico de governação cujos traços, medidas e objetivos, à semelhança dos anteriores (carregados de inconstitucionalidades) demonstram inegavelmente a essência deste governo e da sua política.

No mundo do trabalho, público ou privado, nas funções sociais do Estado, na capacidade produtiva nacional ou na vida dos portugueses em geral, o governo vê apenas um alvo a abater na ótica sempre injusta do custo/benefício, do utilizador/pagador, do controlo autista, cego e obsessivo do défice orçamental ou do equilíbrio das contas públicas.

A título de exemplo, para a manutenção e sobrevivência dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo não existiram 100 milhões, mas para o BES, da noite para o dia, surgem 4.400 milhões de euros!

É com esta arbitrariedade inaceitável que PSD/CDS governam e é com a mesma arrogância que anunciam cortes nos salários e pensões, um eventual aumento do IVA (mais um) e a manutenção do IRS nos moldes em que Vítor Gaspar apelidou a seu tempo, de um "aumento brutal de impostos"! A demissão deste governo e a derrota desta política é de facto uma matéria de interesse nacional e urgente!

Em moldes semelhantes regredimos na cidade de Lisboa, considerando a essência da política seguida e implementada no município pelas "forças totalitárias" do propalado "arco da governação". Claro está que o PS de António Costa tem uma importância acrescida, mas não é menos verdade que sem o contributo do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, muitos dos processos e medidas que o STML firmemente combateu, não teriam sido aprovados.

Também aqui a *troika*, neste caso da capital e em nada diferente daquela que existe na Assembleia da República, prevalece no que ao poder de decisão política diz respeito, com os prejuízos evidentes para trabalhadores, municípios e todos aqueles que trabalham ou visitam a nossa cidade.

É inegável a falência da reforma administrativa da cidade, da transferência de competências que compulsivamente empurrou trabalhadores e equipamentos para as juntas de freguesia. É inegável a política de desinvestimento que degrada locais e condições de trabalho e mina a qualidade dos serviços públicos municipais que devem ser prestados à cidade e à sua população.

Contudo, é também inegável a luta que temos travado contra todas estas malfetorias, resultando em muitos casos, em importantes vitórias que interessa valorizar, demonstrando inequivocamente que o único caminho possível na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores do município de Lisboa, estejam na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia ou nas Empresas Municipais, é o caminho da unidade, confiança e luta!

A realidade que hoje se constata na capital do nosso país, desconstrói a pré-fabricada ideia que aponta o sucesso de António Costa e do PS ao leme da autarquia e da cidade de Lisboa.

O STML continuará a trilhar o seu caminho, sem arrepios possíveis e sempre no sentido que há 37 anos definimos, aquando da sua fundação. Sempre ao lado de quem trabalha, sempre com a força de quem não desiste. Pelos direitos, pelas condições de trabalho e de vida. Pela defesa dos serviços públicos na cidade de Lisboa! ■



No caminho
da luta!

Contra mais roubos
e austeridade!



o trabalhador
da CML
<http://www.stml.pt>

Diretor: Vítor Reis ■ Corpo Redatorial: Luís Dias, Nuno Almeida, Mário Rui Souto, José Malhadas, Henrique Bastos ■ Propriedade: Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ Administração e Redação: Rua de São Lázaro, 66 - 1.º D.º 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - Email: stml@stml.pt ■ Internet: www.stml.pt ■ Impressão: MX3 Artes Gráficas, Lda ■ Periodicidade: Bimestral ■ NIF: 500850194 ■ Distribuição: Gratuita aos sócios do STML ■ Tiragem: 4.000 exs. ■ Depósito Legal: 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

Serviço de limpeza nas Juntas de Freguesia dá sinais de degradação!

Desde março que as Juntas de Freguesia assumiram um conjunto de competências transferidas pela CML, entre elas, a limpeza urbana sem a vertente da recolha de resíduos sólidos. Passados apenas alguns meses desta transferência, começam a surgir sinais que apontam a deficiência na prestação deste serviço público, com evidente prejuízo para a cidade, os lisboetas e para os trabalhadores.

Contudo, não sendo estes últimos os responsáveis pela degradação e ineficácia que se observa, mas sendo muitas vezes acusados por tal, injustamente claro está, não lhes resta outra solução que não passe pela organização e concretização da luta pelos seus direitos e dignidade, face a executivos de junta que optam por ignorá-los e desprezá-los.

Foi com este objetivo que trabalhadores das **Juntas de Freguesia de Santa Clara e de Marvila**, com o seu Sindicato, avançaram com a entrega de dois abaixo-assinados junto dos respetivos presidentes.

Os supracitados abaixo-assinados foram igualmente dados a conhecer às respetivas Assembleias de Freguesia, mas também à Assembleia e Câmara Municipal. O objetivo é claro e passa pela denúncia do mal-estar instalado no seio dos trabalhadores da limpeza urbana, vítimas das políticas (de recursos humanos e organização do trabalho) defendidas pelos executivos destas Juntas de Freguesia, numa evidente afronta aos seus direitos e condições de trabalho.



Em ambas as freguesias denota-se a carência de trabalhadores, mas também de ferramentas de trabalho, no sentido de permitir uma resposta adequada na limpeza do extenso território que as mesmas têm sob sua alçada.

Contudo e apesar da constatação destes problemas, até pelas próprias Juntas, não se assumem as melhores decisões face à resposta concreta e eficiente que se exige. Muito pelo contrário. Nos últimos tempos, as soluções apresentadas agravam uma situação já de si deficitária o que muito tem transtornado a vida dos trabalhadores, mas também dos fregueses.

A título de exemplo, recordamos a decisão da Junta de Freguesia de Santa Clara que optou por limitar o trabalho realizado ao sábado (trabalho extraordinário), deixando a freguesia sem qualquer intervenção de limpeza dois dias por semana.

Por outro lado, nestas duas freguesias, as orientações superiores são de perseguição e discriminação para com os trabalhadores que legitimamente exerçam o seu direito à informação e participação sindical.

No caso da Junta de Freguesia de Marvila, existem orientações para que os trabalhadores que participem em reuniões promovidas pelo sindicato fiquem impedidos de realizar trabalho extraordinário nesse dia. No caso da Junta de Freguesia de Santa Clara, foi descontado do salário do mês de julho, o tempo de participação num plenário convocado pelo STML. Desconto ilegal e que o sindicato já exigiu a sua reposição imediata.

Também em ambas as Freguesias os executivos já reuniram com os trabalhadores da limpeza urbana em que o tom de ameaça, acusação e tratamento impróprio foi o tom preferido.

Fica cada vez mais claro que estas Juntas de Freguesia não estavam e não estão preparadas para assumir esta competência e muito menos os respeti-



vos trabalhadores. Recordamos que num passado recente, já tinham dado sinais de preconceito e desrespeito em relação aos cantoneiros da freguesia.

No que concerne à prestação deste serviço público, o que podemos observar é a preparação do caminho para outras soluções que venham mais de encontro a interesses de certas clientelas.

Damos como exemplo o que aconteceu recentemente em relação ao serviço de vigilância do posto de limpeza de Marvila. O executivo desta Junta optou por entregar parcialmente esta vigilância a uma empresa privada, de forma não responder positivamente à reivindicação dos trabalhadores em terem uma escala que cumprisse a lei. Uma (má) solução que sairá certamente mais cara aos cofres da Freguesia.

O STML e os trabalhadores, se esta postura entretanto não se alterar, irão continuar a lutar exigindo:

O fim das políticas persecutórias e intimidatórias que visa constringer e limitar o livre exercício dos seus direitos;

Serem tratados com respeito e dignidade;

O investimento em meios humanos e materiais que permitam respostas adequadas à limpeza das freguesias. ■

STML e Junta de Freguesia do Parque das Nações assinam Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEEP)

No dia 4 de setembro, nas instalações da Junta de Freguesia do Parque das Nações, procedeu-se à assinatura do ACEEP entre a Direção do STML e a referida Junta de Freguesia. O acordo agora celebrado abrange todos os associados do STML, trabalhadores deste organismo público. Uma das matérias que fica salvaguardada na assinatura deste ACEEP é o horário de trabalho semanal de 35h/semana. O Sindicato desenvolve e concretiza deste modo, a estratégia assumida que passa incontornavelmente pela defesa dos direitos e interesses de todos os trabalhadores que compulsivamente foram transferidos para as juntas de freguesia ao longo deste ano, nas duas fases que consubstanciaram este famigerado processo.

As negociações com outras Juntas de Freguesia decorrem com o mesmo objetivo. Assinar o ACEEP é uma prioridade da qual não abdicamos. ■



Contestamos a proliferação dos recibos verdes nas Juntas de Freguesia. Dizemos não à precariedade!

A um posto de trabalho efetivo, um contrato de trabalho efetivo!

Nos últimos meses temos assistido à contratação de trabalhadores por parte de inúmeras juntas de freguesia para desempenhar a função de cantoneiro. Não é nossa intenção contestar a decisão política assumida por muitos presidentes de Junta que, no essencial, apontam no mesmo sentido que muitas das reivindicações apresentadas pelo STML, isto é, responder positivamente face ao reforço de pessoal onde tal seja necessário.

Como todos sabemos, o processo de reorganização administrativa da cidade, que promoveu a extinção e redefinição de freguesias, associando posteriormente a transferência de um conjunto bastante significativo de competências da Câmara Municipal para as Juntas, tem sido consensualmente considerado um enorme fiasco, com graves prejuízos para os trabalhadores do município, para os lisboetas, mas também para a própria cidade, considerando quem nela trabalha ou visita. Uma responsabilidade que deve ser imputada, quase em exclusivo, aos eleitos do PS e do PSD na Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa.

À parte destes considerando, sempre necessários porque a 'culpa não deve morrer solteira', os problemas decorrentes deste processo político são bem patentes na realidade que enferma o dia-a-dia da nossa cidade, que teima em provar e comprovar a razão do Sindicato e dos trabalhadores, quando em tempo oportuno o denunciaram e firmemente o combateram, numa luta que ainda não teve o seu desfecho final.



Contudo, os problemas concretos são muitos e complexos e é na sua resolução que o STML se tem empenhado. Se existem juntas de freguesia onde os respetivos presidentes têm sensibilidade e respeitam os direitos dos trabalhadores, outras há em que a prática do 'vale tudo' parece querer dominar.

Neste sentido, e sem nenhuma aparente contradição com o que já foi dito, tem-se generalizado a contratação a recibos verdes de trabalhadores que, sem direitos nem salários iguais, desempenham as mesmas tarefas que os trabalhadores cantoneiros que se encontram com Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo indeterminado. Acresce a esta situação o facto de não existirem quaisquer garantias de regularização contratual quando os três a doze meses de contrato (dependendo da junta de freguesia em apreço) terminarem.

Um outro elemento não menos importante diz respeito às diferentes realidades que se constata nas juntas de freguesia face a este tipo de contratação. Não se limitando às disparidades na duração do Contrato de Prestação de Serviços (CPS), vulgo recibos verdes, algumas juntas têm celebrado contratos onde apresentam aos trabalhadores valores remuneratórios distintos. Se os trabalhadores a recibos verdes não têm direito, segundo a lei em vigor, a subsídios de férias e de almoço, além do subsídio de risco, insalubridade e penosidade (RIP), existem todavia formas mais ou menos transparentes de compensar financeiramente estes trabalhadores.

Assim, no salário base definido para o trabalhador a contratar, acresce, além do valor referência do salário mínimo nacional (€485,00), o valor dos subsídios de férias, pago em duodécimos, do subsídio de almoço e do RIP. Mas nem esta prática tem sido consensual ou uniforme nas juntas que agora privilegiam a precariedade como forma de resolver problemas permanentes da freguesia.

Todas as carências identificadas a nível de pessoal, que implicam a contratação de trabalhadores, devem respeitar a sua segurança e estabilidade laboral, respeitando simultaneamente todos os seus direitos.

Este princípio-base deve assentar na igualdade de direitos e deveres, sendo para isso essencial a vontade e a decisão política dos respetivos Presidentes de Junta, em permitir a abertura dos procedimentos concursais para a admissão e regularização do respetivo vínculo com todos os trabalhadores hoje a recibos verdes, através da celebração do CTFP por tempo indeterminado.

À precariedade dizemos NÃO! Exigimos trabalho com direitos! ■

Balneário e refeitório com obras por fazer

Uma das reivindicações principais dos trabalhadores e, logicamente, também do STML, são as que exigem o investimento necessário e imprescindível face aos problemas há muito identificados em diversas instalações municipais. O único objetivo passa impreterivelmente pela melhoria das respetivas condições de trabalho, matéria demasiadas vezes negligenciada pelos responsáveis políticos e hierárquicos da CML.

A luta travada no passado mês de junho, teve na sua génese muitas destas reivindicações que, face aos resultados positivos alcançados, permitiu obter importantes compromissos da parte do executivo municipal.

Um destes casos é o que diz respeito às obras que há muito tempo são exigidas pelos trabalhadores do Complexo Municipal dos Olivais 2, concretamente em torno do respetivo **balneário**.

Sobre este problema, foram desenvolvidas inúmeras formas de luta que materializaram a sua denúncia, associando o protesto face à inércia na sua resolução. Um problema que abrange centenas de trabalhadores afetos a este importante local de trabalho.

Várias foram as comunicações efetuadas pelo STML ao longo dos últimos anos sobre as condições precárias desta estrutura, revelando um perigo inaceitável para quem a utiliza.

Várias foram as promessas de intervenção, posterior e sucessivamente adiadas. Uma obra, também, várias vezes orçamentada que, contudo, nunca chegou a ser realizada, inexplicavelmente... até agora.

Finalmente tiveram início as obras necessárias, tendo em consideração as condições de Saúde e Segurança no Trabalho no balneário do Complexo Municipal dos Olivais 2. O STML congratula-se com esta evolução, digna de registo, mas não ignora outros problemas que urge resolver.

Neste sentido, interessa relembrar que um dos poucos apoios sociais



que atualmente é prestado pela CML aos seus trabalhadores, envolve a existência dos **refeitórios municipais**.

No caderno reivindicativo das trabalhadoras-cozinheiras, entregue pelo STML, há mais de quatro anos, um dos pontos fundamentais apresentados foi a necessidade de obras em todos os refeitórios, no sentido de garantir as condições de Saúde e Segurança, quer às cozinheiras que neles trabalham, quer a todos os trabalhadores que os utilizam.

No refeitório do Complexo Municipal dos Olivais 2, uma rutura na canalização de abastecimento de gás, levou a CML a decidir o seu encerramento.

Nas razões apresentadas pela autarquia, inteiramente justificáveis, destaca-se a substituição na totalidade da respetiva canalização, uma vez que o seu estado de desgaste não defendia a sua reparação pontual. Por outro lado, proceder-se-ia paralelamente a outras ações de restauração, que por sinal constam no nosso caderno reivindicativo, como a colocação de piso antiderrapante na cozinha e a canalização do escoamento de águas.

Foi definido o período de verão para a materialização destas obras, considerando tratar-se de uma altura do ano em que muitos trabalhadores estão de férias, procurando minimizar o impacto negativo do encerramento do refeitório.

Ao STML foi transmitido que as obras estariam concluídas a meio do mês de setembro. Estranhamente, as mesmas só se iniciaram no dia 8 de setembro e só responderão a parte do problema, isto é, só serão reparadas as referidas fugas de gás. No momento em quem escrevemos este artigo, a CML não justificou o porquê, quer do atraso verificado, quer das obras que em parte ficam por fazer.

A utilização do refeitório do Complexo Municipal dos Olivais 2 tem uma importância extraordinária, a que trabalhadoras-cozinheiras e trabalhadores-utentes têm direito, em segurança e com qualidade respetivamente. ■



A CML continua a ignorar problema dos edifícios municipais com amianto!

O amianto é uma fibra mineral que foi largamente utilizado durante muitos anos em vários sectores de atividade, mas sobretudo como material de construção, até que se concluiu tratar-se de um produto perigoso e potencialmente cancerígeno.

De facto, especialmente com a degradação provocada pelo tempo, este material solta minúsculas partículas fibrosas, que ficam suspensas no ar e são facilmente inaladas. Com a exposição continuada, as partículas vão-se acumulando nos pulmões e, a longo prazo, podem provocar lesões pulmonares, mesoteliomas e cancro pulmonares.

Após a divulgação de vários estudos científicos, que estabeleciam uma relação causal entre a exposição ao amianto e o cancro de pulmão, este material passou a constituir um relevante fator de mortalidade relacionada com o trabalho e um grave risco de saúde pública a nível mundial, cujos efeitos na maioria dos casos surgem vários anos depois da exposição.

Consequentemente, a colocação no mercado e utilização de produtos de amianto ou que contenham amianto foi proibida, limitando com carácter definitivo atividades que implicam a exposição ao amianto e determinando a especial proteção dos trabalhadores eventualmente expostos, sobretudo em trabalhos de remoção e demolição. Em Portugal, o amianto foi largamente utilizado como material de construção ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado, pelo que é certo existirem inúmeros edifícios onde o amianto está presente, incluindo escolas, instalações governamentais e outros edifícios e equipamentos públicos, muitos dos quais ainda não foram devidamente identificados e sinalizados.

Embora tenhamos adotado a legislação europeia sobre os riscos de exposição ao amianto, a verdade é que a aplicação prática destas normas tem tido um resultado prático quase nulo.

Mais tarde, e perante a constatação de que nada fora feito, a Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, relativa à remoção do amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, veio determinar o levantamento de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos contendo amianto na sua construção, no prazo de 1 ano; a organização e divulgação pública de uma listagem de todos esses edifícios, instalações e equipamentos; e em seguida a atuação dos organismos públicos no sentido de assegurar a monitorização e ou remover os materiais nocivos.

Estamos portanto, e há longos anos, perante uma gravíssima



questão de saúde pública que convém resolver com a máxima urgência. Não é aceitável que a saúde de inúmeros trabalhadores e cidadãos esteja a ser posta diariamente em risco, com potenciais efeitos irreparáveis a longo prazo, sem que sejam assumidas as suas responsabilidades.

Para além de outras diligências realizadas no passado, o **STML exigiu à Camara Municipal**, em ofício enviado em 28 de fevereiro deste ano, que fossem tomadas as seguintes medidas:

- A inventariação urgente de todos os locais de trabalho, equipamentos e instalações públicas cuja construção contenha amianto;

- A divulgação pública da listagem efetuada;

- A elaboração de um plano de ação calendarizado tendo em vista a remoção e substituição do amianto ou, quando não seja possível, a transferência imediata dos serviços a funcionar no edifício em causa para outro local;

- **A suspensão de toda a atividade laboral desenvolvida por trabalhadores do município e interdição dos espaços aos demais utentes, enquanto decorram os trabalhos de substituição dos materiais que contêm amianto (ao contrário do sucedido recentemente na EB Sara Afonso);**

- A manutenção de um registo público de todos os edifícios que sejam fonte de exposição profissional ou ambiental ao amianto;

- A garantia de vigilância epidemiológica ativa de todos os trabalhadores e utilizadores frequentes de edifícios com amianto;

- A atribuição de indemnizações a todos os trabalhadores ou utilizadores frequentes comprovadamente afetados pela exposição ao amianto;

- A elaboração e divulgação de estatísticas credíveis relativas a casos de doença/morte relacionados com a exposição ao amianto (exposição profissional e exposição ambiental).

Mas passados mais de 6 meses desde o envio do referido ofício, nem este sindicato obteve qualquer resposta nem, nenhuma destas exigências foi satisfeita, o que evidencia que este executivo continua a ignorar este grave problema de saúde pública.

A pergunta que deixamos ficar é:

Até quando esta Autarquia vai permitir que os seus trabalhadores e frequentadores das instalações municipais estejam sujeitos a esta agressão à sua saúde sem nada fazer? ■

Será que, mais uma vez, saíram goradas as expetativas dos bombeiros?

Passados mais de nove meses, com novo “timoneiro” ao leme do RSB, fica-se com a sensação que a “Nau” continua à deriva e só ainda não abalroou, porque subsiste, ainda, quem não “baixe os braços”. Estará o Regimento condenado a ter em quem o comanda, pessoas que ou não sabem ou não querem dar à “casa” a dignidade e o respeito que merece. Ou será que propositadamente o Dr. António Costa, enquanto presidente da autarquia, escolhe pessoas da sua confiança política, para nada fazer. Porque foi assim durante cinco anos e meio, com o anterior comandante e pelos vistos a senda continua.

Não se compreende este atraso por parte do comandante, em resolver questões como a aprovação do Regulamento Interno e a elaboração de algumas Normas de Execução Permanente. Assim como não se compreende a inversão de posições relativamente ao número de operacionais que devem guarnecer as viaturas de socorro, contrariando toda a doutrina que foi e continua a ser ministrada ao nível da formação e pondo em risco tanto os bombeiros, enquanto prestadores do socorro, como os potenciais alvos desse socorro, escudando-se em normas que nada têm que ver com a situação do Regimento.

O Regimento enquanto garante do socorro na cidade de Lisboa tem vindo a confrontar-se com situações, que à meia-dúzia de anos atrás seriam impensáveis, como é o caso de situações constrangedoras com algumas corporações de bombeiros voluntários da cidade, que parece não saberem a posição que ocupam relativamente ao socorro.

Na última reunião, de 1 de agosto, alertamos o Sr. comandante para esta situação e que deveria haver da parte do Comandante Municipal de Proteção Civil, que é o comandante do RSB, uma



posição clarificadora. Congratulamo-nos pela rápida resolução por parte do Sr. comandante que, no **Boletim Municipal de 28 de agosto, no despacho nº 3/RSB/2014, delega no graduado mais antigo do Regimento de Sapadores Bombeiros, presente nos locais de sinistro: a coordenação das operações de socorro e a prestação de informações aos órgãos de comunicação social.** Mais uma vez demos provas ao Sr. Comandante que pode contar com este Sindicato para a resolução dos problemas do Regimento, basta para tal que nos queira ouvir.

É bom lembrar que, o que de positivo se conseguiu nos últimos anos no RSB se deve exclusivamente às lutas travadas pelos Sapadores Bombeiros e pelo Departamento de Bombeiros do STML.

O melhor exemplo é o comprometimento da autarquia com este Sindicato, no passado dia 10 de junho, com as reivindicações que são do conhecimento de todos os Bombeiros. Foram finalmente desbloqueadas questões importantíssimas como o fardamento, os EPI's, as promoções, as obras nos quartéis, o ingresso de novos Bombeiros e o pagamento do suplemento sobre o trabalho extraordinário em período noturno.

A estratégia e a vontade que demonstrou aquando da tomada de posse, para resolver os problemas do Regimento, parece que se esfumaram, será que a ausência de chefia no apoio ao comando, é por si só motivo para esta aparente inércia? Estará o comandante a solicitar o apoio correto para a resolução dos problemas? Aquando de reuniões que versam sobre o RSB, será que se faz acompanhar de um Bombeiro, não esquecendo que existe uma hierarquia que deve ser respeitada? São questões que a não serem consideradas, só agravará a já difícil situação que se está a viver no RSB.

Os problemas das instituições não se resolvem só com boas intenções, tem que existir objetividade, pragmatismo e sobretudo coragem para enfrentar interesses corporativistas que em nada beneficiam o coletivo, ou seja, o Regimento, enquanto maior Corpo de Bombeiros do país. ■



Na Casa dos Animais exigimos condições de trabalho dignas!

A 2ª e 3ª fase de construção da agora denominada Casa dos Animais de Lisboa (ex-canil/gatil), foram finalmente concluídas, após quase 20 anos deste equipamento ter sido transferido para o Parque Florestal de Monsanto. A inauguração decorreu, com pompa e circunstância, no passado dia 28 de julho.

Finalmente, não só para os animais que ali têm de ser acolhidos mas também para os trabalhadores deste importante serviço público municipal, foi levado a cabo o projeto de construção previsto desde a transferência do equipamento que antes se situava na zona do Campo grande.

E afirmamos finalmente porque, só agora, com esta conclusão foi possível melhorar significativamente as condições de acolhimento dos animais mas também responder a algumas velhas reivindicações dos trabalhadores no que diz respeito a condições de trabalho e de instalações. Exemplos concretos do que falamos são as melhorias alcançadas em termos de balneários, cozinha/refeitório, salas dos serviços administrativos e salas de trabalho dos veterinários pelas alterações introduzidas, e com um maior afastamento das zonas de permanências dos animais.

O STML, ao mesmo tempo que reconhece que a conclusão desta obra vem melhorar as condições de trabalho na Casa dos Animais, quer também alertar que existem outras reivindicações dos trabalhadores que urgem resolver, sendo que a mais grave se prende com a falta de tratadores/apanhadores de animais. Um problema ao qual aguardamos uma resolução, face à abertura de concurso de ingresso, ainda este ano e seguindo o acordado com a CML.

Também é reivindicada a substituição das viaturas de trabalho externo que, pela sua idade e muitos quilómetros já realizados apresentam deficiências várias. Segundo quem as conduz, por exemplo,

representam um perigo eminente para quem nelas circula e para os demais automobilistas e peões.

Outras exigências dos trabalhadores passam pela aquisição de fatos de proteção para abordar animais potencialmente perigosos, ou ainda, pela produção de escalas de trabalho dos tratadores/apanhadores, efetuadas com maior rigor, procurando equidade e equilíbrio na distribuição dos turnos e trabalho extraordinário a realizar.

O STML continuará a acompanhar estes trabalhadores e não desistirá de lutar até que estas reivindicações sejam totalmente satisfeitas. O desenvolvimento deste importante serviço público, quer para a cidade e municípios, deve ser levado a cabo diariamente com as condições de trabalho e dignidade que os trabalhadores merecem e tem direito. ■



Acidentados no trabalho: nova ofensiva aos seus direitos!

Se há situação em que o trabalhador fica mais debilitado e dependente, é quando sofre um acidente de trabalho. Na CML, há um leque de atividades profissionais que engloba um elevado risco de acidente. Por outro lado, nenhum de nós está livre de sofrer um acidente quando diariamente nos deslocamos no percurso casa – trabalho – casa.

Tem sido referido por elementos do executivo PS, em variadas ocasiões, que o número de acidentados de trabalho na CML, é demasiado elevado, fazendo comparações com empresas, que pouco ou nada têm a ver com a realidade no município, referindo também a necessidade da redução destes valores.

Se estamos a falar de medidas de prevenção através do uso generalizado de EPI, começando a CML dando o exemplo através da sua aquisição atempada, em qualidade e quantidade suficiente, está o STML completamente de acordo.

Outra coisa bem diferente é a tentativa de redução do número de acidentados já assumidos administrativamente pela Medicina no Trabalho, pretendendo transformá-los em doenças profissionais. Sendo certo que o reconhecimento de doença profissional é competência de entidade externa à CML.

O STML, não permitirá, como já transmitiu à DMRH e ao DSHS que, em caso da não confirmação de doença profissional, o trabalhador a quem agora a CML pretende “reconverter”, deixe de ser considerado acidentado de trabalho, como foi inicialmente reconhecido por médicos da Medicina no Trabalho da CML.

Chegam constantemente ao conhecimento do Sindicato, relatos de trabalhadores acidentados, atendidos inaceitavelmente pelos médicos da Medicina no Trabalho da CML de forma negligente. Ora privando estes pacientes de tratamentos de recuperação, ou dando-lhes alta médica compulsivamente quando estes ainda apresentam queixas, ou ainda negando-lhes a reabertura de acidentes anteriores dos quais se ressentem.

A identificação de acidentes de trabalho e a prescrição dos respetivos tratamentos são atos médicos sem qualquer dúvida. Tememos é que dada a profusão e o tipo de decisões ultimamente assumidas pelos médicos da Medicina do Trabalho, apenas uma política economicista pareça estar nas preocupações destes profissionais da saúde em detrimento do acompanhamento, tratamento e recuperação dos trabalhadores acidentados.

Todos os trabalhadores vítimas de acidente de trabalho são merecedores do maior respeito, não admitindo o STML que sejam tratados como números de uma qualquer folha Excel, representando para a CML apenas um foco de despesa.

Mais! O STML não admite a linha de pensamento que percorre a mente de alguns responsáveis da CML, sustentada numa permanente desconfiança que veem em cada acidentado no trabalho um impostor, à semelhança dos governantes do PSD/CDS que veem em cada desempregado um preguiçoso que apenas pretende o respetivo subsídio de desemprego. ■

Mudanças apressadas no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano prejudicam, para não variar, os mesmos de sempre!

Há vários meses que se equacionava a transferência de instalações da Junta de Freguesia de Santo António para alguns pisos do edifício municipal da Rua Alexandre Herculano. Este conhecimento atempado não teve contudo correspondência da parte dos responsáveis municipais no que concerne à procura das melhores soluções face aos meandros logísticos desta reorganização.

Observámos assim, na última quinzena de julho, ao desenvolvimento apressado de vários procedimentos que respondessem ao “ultimato” a que a CML afirmava estar sujeita. Os serviços da Junta de Freguesia deveriam estar em funcionamento o quanto antes e nesse sentido, era urgente desocupar, de meios humanos e materiais, os espaços necessários a esse efeito.

Acontece todavia, sempre que irrefletidamente se procura decidir sobre matérias que envolvem direitos e condições de trabalho, desvalorizar os interesses de quem trabalha de facto. Assim foi, infelizmente e mais uma vez, nesta situação.

Com a urgência de um eventual parto a caminho da maternidade recém-encerrada, os serviços da CML, da Secretária-geral mais concretamente, prontificaram-se a analisar as “melhores” soluções para os trabalhadores do Departamento de Planeamento, Mobilidade e Transportes (DPMT) que deveriam ser recolocados num qualquer espaço/piso do edifício.

A solução apresentar-se-ia na mente do secretário-geral, cargo pomposo criado pelo presidente António Costa para o Sr. Laplaine que, numa visita relâmpago às instalações do Departamento de Desporto (DD), situadas no piso 6º e 7º do Edifício Municipal já referido, decidiu que se podia eliminar o espaço (copa) onde todos os dias cerca de 25 trabalhadores almoçavam, além de desocupar mais duas salas desta orgânica, permitindo assim acomodar os trabalhadores e os serviços da DPMT.

Não colocamos em causa, muito pelo contrário, a necessidade dos trabalhadores da DPMT terem condições dignas de trabalho, contudo, discordamos totalmente quando os interesses dos trabalhadores do DD são desprezados e os compromissos assumidos no passado de nada valem face a cenários onde predomina o fantasma de um qualquer “ultimato”. Já conhecemos demasiado bem estas pseudo fundamentações.

É pertinente recordar que, em 2012, quando os serviços do DD foram transferidos do Edifício Municipal da Rua Cais do Gás para o atual edifício, um dos compromissos assumidos pela CML foi o de criar condi-



ções para a existência de um espaço adequado às refeições dos respetivos trabalhadores, principalmente daqueles que por razões de ordem económica são obrigados a trazer o seu ‘almoço de casa’.

O compromisso assumido originou inclusive a realização de diversas obras numa sala situada no 7º piso do Edifício da rua Alexandre Herculano, resultando daí o espaço denominado de ‘copa’ que satisfaz, até julho último, as legítimas aspirações dos funcionários do DD.

De forma inaudita, os responsáveis políticos desta autarquia decidiram pela via que mais lhes agradava (também a mais fácil), atropelando, numa prática recorrente, os interesses dos trabalhadores, não só os do DD mas também os do DPMT, ignorados, à semelhança de tantos outros em casos análogos, nas decisões que afetam as suas rotinas pessoais e profissionais diárias.

Um dos argumentos utilizados pela CML, através do seu presidente e alguns Vereadores, refere o decrépito argumento que aponta os “privilégios de uns em relação a outros”, justificando por esta via extinguir a ‘copa’ porque, afirmaram, nem todos os trabalhadores têm esse direito, então...mais vale acabar com tudo.

Um discurso semelhante ao do governo PSD/CDS-PP, que utiliza as “benesses” dos trabalhadores da administração pública, leia-se rendimentos e direitos consagrados, em contraponto à realidade que se vive no setor privado, justificando por esta via a necessidade do empobrecimento coletivo e solidário para todos.

Obviamente, este teatro argumentativo serve, não só para dividir, colocando a opinião pública e os trabalhadores do privado contra os trabalhadores do público, mas também para justificar o ‘nivelamento por baixo’ no que respeita a salários e direitos. (Com uma cajadada só se matam dois coelhos, já diz o nosso povo.)

Na CML, estamos supostamente perante uma mesma visão e estratégia, ou não fossem PS, PSD e CDS-PP farinha do mesmo saco, no que ao essencial diz respeito, independentemente das caras que alternadamente se vão sucedendo nos *media*.

É na prática, e não no discurso mais ou menos demagógico, que percebemos quem está do lado dos trabalhadores e os defende, em oposição, claro está, a quem os vê como um obstáculo e os prejudica sempre que a ‘situação’ a isso obriga, ou melhor dizendo, quando um suposto “ultimato” paira no ar. ■



Reorganização dos serviços municipais

Sobem de tom as preocupações em relação ao futuro!

Depois de concluído o processo da reorganização administrativa, que consistiu na redução de Freguesias de 53 para 24 e na transferência para as novas Juntas, de um largo conjunto de funções que até então eram da CML, acompanhadas de meios humanos, financeiros e patrimoniais, o executivo camarário prepara-se para encetar uma nova reestruturação de serviços.

De referir que no espaço de três anos assistimos a duas reestruturações internas de serviços e uma reorganização administrativa, que fez sair do âmbito da CML várias competências de diversas áreas como a cultura, o desporto, a educação, a limpeza urbana, a habitação, a ação social ou a gestão do espaço público, a que correspondeu a saída de mais de 1200 trabalhadores dos mapas de pessoal!

Ainda que se entenda e se ache minimamente lógico a necessidade do reajustamento das orgânicas agora esvaziadas de funções, face à opção política do executivo PS de António Costa de retirar à CML a capacidade de intervir nos importantes sectores acima referidos, não nos esquecemos do caos que causou a primeira reestruturação, da qual existem ainda hoje, serviços que não recuperaram totalmente.

Recordamos a criação da Unidade de Coordenação Territorial (UCT) e das Unidades de Intervenção Territorial (UIT) que, sem chegarem a desempenhar na plenitude as funções para as quais foram criadas (algumas UIT só recentemente foram instaladas), já se veem esvaziadas de funções no âmbito da transferência de competências



para as Juntas de Freguesia, não se sabendo muito bem qual o papel que vão desempenhar no futuro imediato.

Relembramos a tentativa, frustrada pela luta dos trabalhadores, de extinção do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, transformando-o numa mera Divisão, quem sabe para mais facilmente ‘externalizar’ as suas funções...

Relembramos a vontade em passar para a EGE-AC todos os museus e respetivos acervos, com as consequências de todos conhecidas, ou a venda do Departamento de Saneamento à EPAL, abdicando a CML da respetiva taxa, ou ainda, a tentativa de transferir (leia-se privatizar) a gestão da Iluminação Pública para a EDP, que só não avançou porque esta empresa mostrou desinteresse pelo negócio proposto por António Costa.

Também não esquecemos a confusão que durante meses paralisou vários serviços do município, face a mudanças sucessivas de serviços para diferentes edifícios, demonstrando uma falta de visão e estratégia, competência e organização, mas também uma gritante falta de respeito pelos trabalhadores da CML.

A este espírito reestruturador, junta-se a fúria vendedora ao desbarato de património imobiliário por parte do executivo PS. Diz o executivo que necessita de realizar receita, mas onde vai a CML, instalar os trabalhadores dos diversos serviços, brevemente “despedidos”? Qual o custo que terão para os cofres camarários os alugueres necessários?

É com base nesta já longa experiência de reestruturações e reorganização de serviços, em alguns casos de má memória, que os trabalhadores da CML mostram uma enorme preocupação quanto ao futuro dos seus locais e postos de trabalho.

Sentimentos que ficaram bem patentes no plenário realizado pelo STML no Complexo Municipal de Alcântara. Uma reunião que contou com a participação de várias dezenas de trabalhadores e onde ficou decidido pelos próprios a subscrição de um abaixo-assinado, onde manifestam a intenção de acompanhar todo o processo de reorganização que possa vir a ocorrer.

Um acompanhamento que se exige, também em conjunto com o sindicato e os representantes dos trabalhadores para a Saúde e Segurança, perspetivando salvaguardar as condições de trabalho e localização das eventuais futuras instalações.

Referimos igualmente, a manifestação de uma enorme apreensão quanto às atribuições futuras do Departamento de Ambiente e Espaço Público.

Considerando o histórico da gestão PS no município de Lisboa, demonstrativo de um constante dismantelamento de serviços camarários, há razões para estarmos atentos à redefinição dos serviços agora esvaziados, à reafecção dos trabalhadores a outras orgânicas e à instalação em novos edifícios.

O STML não abdicará do direito a toda a informação, discussão e acompanhamento das diversas fases do processo, ficando o compromisso de comunicar e discutir com os trabalhadores todos os desenvolvimentos que sejam importantes para as suas vidas. ■

A importância de estar sindicalizado... no STML!

Todos sabemos que os sindicatos servem um único propósito que pode contudo ser desconstruído em várias dimensões. Este objetivo estruturante passa pela defesa dos direitos – económicos, sociais e políticos – dos trabalhadores de uma determinada realidade profissional, setorial e geográfica.

Se prestigiados historiadores, sociólogos, jornalistas e políticos da nossa praça, entre muitos outros não rotulados, apontam uma importância decisiva dos sindicatos na conquista do regime democrático alcançado com a revolução de Abril de 1974, desvalorizam todavia, nos dias de hoje, o seu papel na sociedade portuguesa. Alguma razão, ou várias seguramente, justificará este arrepiar de caminho...

Podemos facilmente apreender a importância dos sindicatos na defesa, organização e resistência dos trabalhadores às políticas e medidas que materializam os projetos conscientes e egoístas que sustentam os exclusivos interesses de uma parte ínfima da sociedade. Como seria esta sociedade, integrada num sistema já de si desigual, se não existissem organizações exclusivas **dos e para os** trabalhadores?

Sejam os empregadores públicos ou privados, respetivamente do Estado laranja ou rosa com tons de azul pelo meio, ou não; do patrão, empresário ou empreendedor (menos importância tem o termo empregue), a verdade é que todas estas forças, sempre organizadas e por norma detentoras do poder de decisão, tudo fazem, face aos seus ditames e interesses, para submeter e subjugar quem trabalha, ora retirando direitos arduamente conquistados, ora diminuindo, sempre que possível, o valor da respetiva retribuição salarial, degradando condições de vida e de trabalho.

O trabalhador é assim, por norma, encarado como um custo ou como uma mercadoria, quer esteja sujeito, respetivamente, ao poder público ou ao poder privado. Se conjugarmos a promiscuidade atual e indelével dos interesses privados com os interesses públicos, a realidade que enforma o trabalhador português é ainda mais perniciosa, com tendência para se agravar no futuro mais próximo.

Aparentemente, o homem ou mulher trabalhadora, nunca é encarado como um ser humano, indispensável numa sociedade que se quer também humana, justa e solidária. Neste cenário, os sindicatos podem e devem ter um papel central, insubstituível e indispensável na sua defesa, organizando-os e mobilizando-os para a luta, específica ou mais geral, em torno dos seus legítimos interesses e aspirações.

Contudo, é pertinente ressaltar que, quando nos referimos aos 'sindicatos', apenas consideramos aqueles que integram a família da CGTP-IN, até porque são estes e não outros, os que contribuíram decisivamente para a Revolução dos Cravos. São estes e não outros que recusaram e recusam trair os trabalhadores que justificam e legitimam a sua razão de ser.

A CGTP-IN foi fundada a 1 de outubro de 1970, ainda durante a ditadura fascista de Salazar e Caetano. Foi, sem margem para qualquer dúvida, uma força ímpar na organização, mobilização e defesa dos trabalhadores portugueses, contribuindo determinadamente para o impulso revolucionário que permitiu as conquistas democráticas que todos conhecemos e que os sucessivos governos suportados pelos partidos do dito 'arco do poder', têm tentado destruir desde a fatídica data de 25 de novembro de 1975.

É neste contexto de retrocesso económico e social que nos encontramos, 40 anos depois do acontecimento mais marcante da História recente do nosso país – a Revolução de Abril de 1974! É também por este motivo que a sindicalização assume, cada vez mais, uma importância decisiva, no propósito maior de reforçar e consolidar as organizações sindicais da CGTP-IN, elemento indissociável na defesa dos interesses e dos direitos de quem trabalha, hoje sujeitos a uma ofensiva sem precedentes.



O STML, sindicato de Abril como muitas vezes referimos orgulhosamente, é considerado consensualmente o sindicato mais influente no município de Lisboa. Uma ideia alicerçada na força dos números, mas não só!

O STML é o sindicato mais representativo da Câmara Municipal, das Empresas Municipais e agora também, das Juntas de Freguesia de Lisboa. Todavia, a sua força advém igualmente da responsabilidade, coerência, honestidade e firmeza na ação desenvolvida ao longo de mais de três décadas de existência. É portanto numa base de confiança, que os trabalhadores do município se relacionam com o **SEU** sindicato.

Enfrentámos nos últimos anos muitos problemas, face à política municipal privilegiada pela maioria socialista liderada por António Costa. Fomos capazes de resolver muitos desses problemas com a força, unidade e organização de todos: trabalhadores e Sindicato. Mas muitos outros persistem e só serão debelados se conseguirmos ser mais fortes, combativos e consequentes. Um trinómio só possível em grande medida, através do aumento do número de trabalhadores sindicalizados no STML.

Ser sindicalizado, não se resume ao mero pagamento da quota mensal (1% do salário base), mas implica igualmente uma responsabilização ativa e participada nos processos reivindicativos, que procuram responder aos anseios da respetiva classe profissional.

Quanto maior for a representatividade do STML à mesa das negociações – com a Câmara Municipal, Empresa Municipal ou Junta de Freguesia – maior será a probabilidade de um desfecho favorável face aos objetivos que nos propomos alcançar.

Sem desvalorizar a componente financeira, indispensável à existência, sobrevivência e eficácia do Sindicato, é no plano da legitimidade que o número de associados influi determinadamente. Um sindicato que represente apenas 5% dos trabalhadores não se equipara a outro sindicato que representa 60%. Um e outro terão uma reatividade diferente de quem tem o poder de decisão, seja o chefe de divisão e/ou diretor, ou mesmo o executivo municipal ou ainda um qualquer presidente de junta.

A individualização dos problemas de cada um, separando-os da realidade coletiva, apenas serve os interesses de quem contra nós decide. Uma velha estratégia sustentada na máxima do 'dividir para reinar' que deve ser firmemente combatida, porque unidos e organizados fomos, somos e sere-mos sempre mais fortes!

Sindicalize-te e garante a defesa dos teus direitos! Dá mais força ao **TEU SINDICATO!** ■



O que se pode retirar da conclusão da 2ª fase do processo de transferência de trabalhadores para as juntas de freguesia?

Ao estar praticamente concluída a 2.ª fase do processo de transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia, abrangendo principalmente Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, o primeiro balanço que se pode fazer é que esta segunda fase de transferências incorreu nos erros e vícios, que todo o processo de transferência de competências e trabalhadores da CML para as JF, decorrentes da aplicação da lei 56/2012, demonstrou desde o seu primeiro dia.

Dizemos que o processo está praticamente concluído, porque ainda se encontra em aberto o período de voluntariado, permitindo aos trabalhadores interessados candidatarem-se a entrevistas com as JF pretendidas. Este período ficará obrigatoriamente concluído, durante o mês de setembro, quando o executivo camarário apresentar a Sessão de Câmara, a lista dos trabalhadores a transferir, conforme foi transmitido ao STML.

Como sempre afirmamos, a aplicação deste objetivo político de António Costa e do executivo PS, que teve o apoio do PSD, de dismantelamento dos serviços municipais, foi feito “em cima do joelho e à pressa”, não prevenindo as consequências para a cidade e para os serviços de mudanças mal pensadas e de eficácia questionável.

Muito menos a CML pensou numa componente fundamental deste processo, os trabalhadores. Já na primeira fase se verificaram atropelos, como a não consideração do voluntariado, a criação e aplicação de critérios pouco inteligíveis.

Na segunda fase de transferências, o comportamento errático da CML prosseguiu. Foi dada a oportunidade de voluntariado, que aos poucos se foi tornando num “voluntariado à força”, sendo os trabalhadores, dos departamentos que tinham perdido as competências para as JF e não só, contactados para escolherem uma freguesia com a qual fariam uma entrevista.

Nunca foram definidos critérios concretos e transparentes, como o STML sempre exigiu. O número de trabalhadores a transferir, foi variando desde março, começando a CML por indicar 600, depois 350,



passando atualmente para cerca de 150. Este é um sinal da falta de estudo e de diálogo com as Juntas de Freguesia, e a forma apressada como todo o processo de transferências foi encarado.

O STML, ao ter conhecimento de certos procedimentos de tentativa de imposição de entrevistas aos trabalhadores, denunciou a situação junto do executivo camarário, que nunca foi capaz de estabelecer critérios perceptíveis a aplicar aos trabalhadores transferíveis na 2ª fase, acabando por aceitar encerrar o processo com os que de facto se voluntariaram nesse sentido.

O STML tem a convicção que todo este processo não trará qualquer ganho para os municípios ou para a cidade, ficando em causa a prestação do serviço público da cultura à limpeza urbana, da gestão do espaço público ao desporto, da educação à habitação e ação social, se considerarmos que a CML é amputada de um vasto leque de funções e trabalhadores, e as JF não têm a experiência nem os meios necessários, para o desempenho das competências impostas. ■



A nova realidade na Limpeza Urbana da CML obriga a uma maior unidade e confiança entre trabalhadores e o SEU Sindicato!

De março a julho deste ano observamos a quase paralisa dos serviços municipais da Limpeza Urbana da CML. Um problema que teve a sua origem na decisão política do executivo PS, que não hesitou em desmembrar este sector com a aplicação da Lei n.º 56/2012.

Deste modo, a transferência para as Juntas de Freguesia de cerca de 650 cantoneiros de limpeza, provocou uma rutura no serviço que permaneceu na Câmara Municipal, nomeadamente na recolha de resíduos sólidos. Constatou-se assim, a uma carência gritante no número destes profissionais, agora manifestamente insuficientes face às responsabilidades que a CML assumiu perante a cidade e a população de Lisboa.

O desmantelamento da limpeza urbana da cidade de Lisboa, separando a varredura e a lavagem para as juntas e freguesia e mantendo a remoção na Câmara Municipal, veio pôr a nu, até junto dos mais cétricos, as deficiências há muito denunciadas pelo STML.

Num curto espaço de tempo, agravaram-se os problemas em torno da escassez de pessoal; da falta de espaço e condições das instalações ou ainda, na ausência generalizada de fardamentos e equipamentos de proteção individual (EPI).

Estes foram alguns dos motivos que levaram os trabalhadores do Município de Lisboa à luta no passado mês de Junho. Uma luta que teve resultados imediatos e visíveis. A CML foi obrigada a investir neste importante sector, melhorando a eficácia e qualidade do serviço público, mas também garantindo melhores condições de trabalho aos respetivos trabalhadores.

Verificou-se quase de imediato a entrada de 114 trabalhadores com contrato de prestação de serviços, tendo entrado mais 11 nas últimas semanas e mais 25 com Contrato de Emprego de Inserção (CEI).

A entrada destes trabalhadores, veio repor a normalidade nos circuitos de remoção, equipando cada viatura com o número necessário de cantoneiros, além de admitir o usufruto de folgas ou dias de férias a que os trabalhadores têm direito.

Qualquer das situações referidas, não são do total agrado do STML. Somos totalmente contra a condição dos trabalhadores vindos através do CEI, que não têm qualquer hipótese de inserção como o nome cinicamente refere. Este mecanismo traduz um oportunismo dos organismos que se aproveitam do enorme número de desem-



pregados existentes.

Quanto à contratação de prestadores de serviços, era a única hipótese para a entrada imediata de trabalhadores. A conclusão do concurso para recrutamento e seleção de 150 cantoneiros de limpeza na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (para o mapa de pessoal do município de Lisboa), é um processo relativamente moroso. Um processo que, contudo, será a melhor e mais justa solução para a regularização contratual dos trabalhadores agora a recibos verdes.

Neste momento, foi já autorizada pela Assembleia Municipal a abertura do procedimento concursal externo nesse sentido. Estando a ser ultimada a constituição de júri, a definição dos métodos de seleção e posteriormente a publicação do anúncio de abertura em Diário da República.

Quanto às condições de trabalho nas respetivas instalações, temos conhecimento que se registaram obras de ampliação no vestiário do posto de limpeza urbana do Restelo.

Irão decorrer obras, também de ampliação, no vestiário do posto da Boavista. Estão previstas ainda, obras de ampliação nos postos de Telheiras e do Filipe da Mata.

Interessa registar ainda que a *Declaração de Fundos Disponíveis* (DFD) para a aquisição de botas de inverno para os cantoneiros de limpeza, para a aquisição de casacos, calças impermeáveis e camisas, já se encontra devidamente autorizada.

Esperamos assim, que estes fardamentos e EPI, sejam entregues aos trabalhadores o mais breve possível, assim como a emissão da (s) DFD necessárias para a aquisição do restante fardamento.

A situação dos trabalhadores em prestação de serviços (recibos verdes) não é fácil. Sobrecarregados de impostos; sujeitos a atrasos administrativos-burocráticos na assinatura de contrato de trabalho e, conseqüentemente no pagamento do primeiro salário. Sentindo a falta de fardamentos e EPI ou a falta de espaço e condições de trabalho nas instalações onde foram colocados, são muitos os problemas em que o STML tem procurado intervir no propósito da sua célere resolução.

Um processo reivindicativo que terá nos próprios trabalhadores um elemento determinante face aos objetivos pretendidos.

Só na estreita ligação entre trabalhadores e o **SEU** Sindicato, conseguiremos defender os serviços públicos municipais, os nossos postos de trabalho com direitos e condições de saúde e segurança. ■



A nova Lei Geral para a Administração Pública é um retrocesso inaceitável que deverá ser derrotada pela luta dos trabalhadores!

Entrou em vigor, no passado dia 1 de agosto, a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas – Lei 35/2014 de 20 de junho. Esta lei constitui mais um conjunto de ataques aos direitos e rendimentos dos trabalhadores da Administração Pública (Central, Regional e Local).

Sob o pretexto da aglutinação da vária legislação que regia o trabalho em funções públicas e a convergência com o sector privado, o governo PSD/CDS, aproveitou para penalizar ainda mais os funcionários da Administração Pública, selecionando do Código de Trabalho as matérias mais desfavoráveis, no propósito de ‘nivelar por baixo’, claro está, as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores do ‘público e do privado’!

Hoje são penalizados os trabalhadores do sector público por uma questão de igualdade, diz a propaganda do governo, amanhã, pelos mesmos argumentos, serão prejudicados os trabalhadores do sector privado.

Com a entrada em vigor da Lei 35/2014, são revogados os Diplomas que constam no artigo 42.º desta lei.

Constam de Diploma próprio:

- Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP);
- Regime de acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- Regime de formação profissional dos trabalhadores que exercem funções públicas;
- Estatutos do pessoal dirigente da Administração Pública.

Destacamos alguns pontos da nova legislação. O período normal de trabalho é fixado em de 8 horas por dia e de 40 horas por semana. O período normal de trabalho pode ser reduzido por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (ACEEP).

São aplicáveis aos trabalhadores da Administração Pública, os regimes

de adaptabilidade individual e grupal e os bancos de horas, individual e grupal, previstos no Código de Trabalho.

O período anual de férias é fixado em 22 dias úteis, acresce 1 dia, por cada conjunto de 10 anos de serviço. Para além da redução de três dias (de 25 para 22 dias) é eliminado também o acréscimo obtido pela idade, de 1 dia por cada período de 10 anos de idade (39, 49, 59).

A “Requalificação Profissional”, anteriormente designada por mobilidade especial, é o instrumento criado para despedir trabalhadores da Administração Pública. Este regime está preparado para ser aplicado, também, à Administração Local.

Esta legislação que vem cortar direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de décadas, conjugada com a Tabela Remuneratória Única (TRU) e a Tabela Única de Suplementos (TUS), que visam a perpetuação do roubo nos salários dos trabalhadores da Administração Pública, são uma das vertentes da “Reforma do Estado” pretendida pelo governo PSD/CDS e as forças de direita, que visa o desmantelamento dos serviços públicos essenciais como a saúde, a escola pública, ou o abastecimento de água.

Procura-se deste modo entregar ao capital privado a exploração de importantes áreas de interesse público. Como todos sabemos, os interesses particulares têm como único objetivo o lucro, secundarizando o interesse geral e assim limitando o acesso a vastas camadas da população a importantes serviços públicos.

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, tendo a convicção da ilegalidade de várias normas da Lei 35/2014, remeteu aos Grupos Parlamentares da oposição na Assembleia da República, um parecer consubstanciando as referidas inconstitucionalidades. Obteve nesse sentido, o compromisso da solicitação ao Tribunal Constitucional da fiscalização sucessiva desta lei. ■

Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Ativistas Sindicais da CGTP-IN Continuar a luta com determinação!

Realizou-se, no passado dia 11 de setembro, na Associação dos Comerciantes, em Lisboa, o Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Ativistas Sindicais da CGTP-IN. Tratou-se de um momento que, além da denúncia sobre a continuação da política de austeridade e as suas consequências para os trabalhadores e respetivas famílias, desconstruindo a falácia que dirigentes do governo e seus apóstolos, diária e constantemente nos repetem através dos órgãos de comunicação social, serviu também para confirmar a necessidade de aprofundar a luta contra esta política e este governo em particular.

Aproximamo-nos do mês de outubro e, conseqüentemente, da apresen-



tação e discussão do Orçamento de Estado (OE) para 2015. Um instrumento que irá revelar, para quem duvidasse, a essência predadora, injusta e antissocial da corja que hoje nos desgoverna a vida, o trabalho e o futuro.

Do local do plenário, os mais de 4 mil dirigentes, delegados e ativistas sindicais deslocaram-se para a Assembleia da República onde o secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos proferiu uma intervenção que não poupou os responsáveis pela calamidade social e económica que se observa no nosso país.

Considerou por isso, ser inevitável o agravamento da luta em outubro e/ou novembro, após a apresentação do (OE) para 2015, para contestar as previsíveis medidas de austeridade para o próximo ano.

Depois de 15 de outubro, data em que deve ser apresentado o OE, é inevitável o agravamento da luta, já que será necessário dar uma resposta adequada às políticas do Governo, com intervenção dos trabalhadores, em data a determinar, disse Arménio Carlos no final da manifestação.

Para a CGTP-IN, o orçamento rectificativo, que se votava naquele dia (11 de setembro) no hemiciclo da democracia, atualmente sequestrado pela maioria PSD/CDS, mostra que o Governo não está vocacionado para inverter as suas políticas, pelo contrário, está apostado em aprofundar esta política que continua a fazer dos salários e das pensões dos trabalhadores e dos reformados os seus inimigos principais.

Arménio Carlos, na sua intervenção, defendeu ainda a necessidade de uma nova forma de distribuição da riqueza para resolver os problemas do país, afirmando que o aumento dos salários dos trabalhadores do sector público e do sector privado é possível, é necessário e é urgente.

A luta irá continuar sem margem para qualquer hesitação! ■

O caso BES: quanto vai custar a todos nós?

Primeiro o BPN, depois, em catadupa, o BPP, o BANIF e o Millennium BCP. Agora, depois de muitos milhares de milhões de euros dos portugueses destruídos, o BES. Ou seja, quando se assiste à queda de um banco que vale cerca de 25% do mercado, só podemos estar ainda mais certos daquilo que já era evidente: fruto das suas próprias contradições, o modelo que rege o sistema financeiro nacional (e internacional) está falido.

Na aparência, o “banco de todos os regimes” vã gloriou-se de ter resistido à mais séria crise financeira internacional e nacional desde 1929. Ao contrário da restante banca nacional, o BES não manifestou a necessidade de injeção de fundos públicos. Ricardo Salgado, os primos e outros elementos da família Espírito Santo, garantiam estar imunes ao furacão que abalou a “economia de casino” do capitalismo mundial em 2008. Pura aparência!

Na verdade, o grupo dos Espírito Santo parecia escudado do que se passava em redor: os interesses na economia portuguesa (das telecomunicações ao imobiliário, passando pela saúde, pela arte e cultura ou pelo turismo) pareciam inabaláveis, mesmo com o País sitiado pelas políticas destrutivas da troika para com a generalidade dos portugueses. O banco, o BES, enquanto braço financeiro aparentava estar sólido como uma rocha. A gestão do banco era, pelos “entendidos” tida como exemplar. O Banco de Portugal e outras entidades de supervisão afixavam o vigor do banco ou das sociedades que compunham o Grupo Espírito Santo (GES). Uma vez mais falharam!

Na verdade, a formação do GES é um exemplo do rumo tomado pela economia nacional a seguir a 1975. O grupo resultou do processo de reconstituição monopolista em Portugal com as privatizações ocorridas durante o “cavaquismo”, no final dos anos 80 do século passado. Os Espírito Santo, devidamente apoiados pelos sucessivos governos (PSD/PS/CDS), por capital estrangeiro (sobretudo francês) e pela integração financeira e monetária europeia, retomavam e viam crescer o poder que detiveram outrora, sobretudo durante o fascismo. Falar pois da falência do grupo e presumir que o banco apenas sofreu al-



guns danos colaterais ou é má propaganda ou uma grande mentira.

O GES tinha pés de barro e o vigor do banco foi de arrasto. O problema é que a dimensão do problema pode significar, para citar um deputado na Assembleia da República, “uma versão XXL do caso BPN”. O caso BES é a maior falência de sempre da economia portuguesa, envolve ocultação de contas (logo proporções inimagináveis a curto prazo), má gestão e procedimentos criminais e ilegais. Importa assim saber quanto irá custar aos portugueses?

Para já, o Banco de Portugal e o governo de Passos/Portas mascararam o problema dando-lhe um outro nome e engendrando uma maquinação que todos nós já estamos a pagar. O agora tão propagado Fundo de Capitalização da Banca está descapitalizado, logo, foi o dinheiro da troika pago com juros pelos trabalhadores e pelo povo que avançou no socorro ao BES. Como alertou a CGTP-IN, “os 4,4 mil milhões de euros com origem na tranche da troika vão custar mais de 330 milhões por ano aos contribuintes”.

Haverá alguém a acreditar que os danos fiquem por aqui? ■



Breve análise à natureza do Tribunal Constitucional e às ambiguidades da sua ação nesta legislatura

Após mais um chumbo do Tribunal Constitucional (TC), e depois de declarar guerra à Constituição da República Portuguesa (CRP), Passos Coelho dizia num comício do PSD ser chegada a hora de escolher melhor os juízes do TC. A declaração, demonstrativa da parca noção de democracia que assiste aquele que ocupa o cargo de primeiro-ministro, foi considerada insultuosa e desrespeitosa para com um órgão de soberania e para com uma das pedras basilares do Estado de direito democrático português: o princípio da separação de poderes.

Porém, o desejo futuro de Passos Coelho é constitucionalmente válido conforme a natureza do TC. Na verdade, o TC é, ao abrigo da CRP, “composto por 13 juízes, sendo dez designados pela Assembleia da República (AR) e três cooptados por estes” (n.º 2 do art. 222º). O “tribunal ao qual compete especificamente administrar a justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional” (art. 221º) imana diretamente de uma maioria de 2/3 dos deputados com assento na AR (alínea i) do art. 163º). Na sua essência, a natureza política deste tribunal é perfeitamente clara, reforçada pelo facto de quatro dos juízes que o compõem não serem necessariamente juízes dos restantes tribunais (a atual presidente da AR é um exemplo dessa parcela a que só é exigido ser “jurista”, tendo sido empossada juíza do TC nos tempos das maiorias cavaquistas).

Pode perguntar-se assim, tendo em conta que a direita e o PS colocaram no Palácio Rattón “personalidades de confiança”, porque tem o colégio de juízes chumbado tantas vezes as iniciativas legislativas do governo de direita PSD/CDS. Cabe aos juízes ser, acima de tudo, juízes e respeitar e fazer respeitar a CRP. Por isso, gozam de garantias de independência e imparcialidade, entre outras, tal como os juízes de outros tribunais. Assim, seria violar grosseiramente a CRP considerar constitucionais matérias que são evidentemente ilegais por violarem princípios básicos da CRP. Os juízes não são nem podem ser membros ou agentes do governo (já nos basta a Presidência da República).

Não deixa de ser, porém, premente verificar que a ação do TC ao longo desta legislatura tem estado carregada de ambiguidades. Os próprios acórdãos do TC estão carregados daquilo que podemos considerar “uma



no cravo, outra na ferradura”. Atente-se, por exemplo, à declaração de inconstitucionalidade dos cortes de salários do atual Orçamento do Estado que só sortiu efeito aquando da publicação do acórdão, legitimando assim cinco meses de saque aos vencimentos dos trabalhadores. Ou, repare-se na contradição que é considerar legais os cortes nos salários à moda do governo de Sócrates até 2015 e passá-los a inconstitucionais em 2016.

Talvez por tudo isto, há que olhar sem mistificação para o TC e a sua leitura da CRP. Os juízes não resolvem os problemas dos trabalhadores nem do povo português. Acreditar nisso, pode ser demasiado perigoso para a democracia, conforme ficou presente naquelas palavras de Passos Coelho com que abrimos este texto. O combate às medidas dos partidos da direita, às suas políticas de austeridade e subserviência aos interesses do grande capital nacional e internacional faz-se na rua, no trabalho e, evidentemente, nas urnas, derrotando as políticas que nos conduziram até a este lamentável estado de coisas. ■



ESPAÇO DOS JOVENS

Taxa de desemprego jovem em Portugal continua a ser das mais elevadas da UE

Segundo dados recentes do INE, a taxa de desemprego em Portugal recuou no 2º trimestre. Como a CGTP-IN já demonstrou, estes valores não traduzem a realidade do desemprego em Portugal. Além dos 729 mil desempregados considerados pelo INE, dos quais mais de 308 mil são jovens dos 15 aos 34 anos, existem ainda mais 257 mil inativos disponíveis que não procuram emprego (desencorajados), que nos jovens atingem cerca de 94 mil e 252 mil subempregados, que trabalham menos tempo do que desejariam, dos quais mais 84 mil são jovens.

A estes há que juntar mais 28 mil, dos quais cerca de 14 mil são jovens, inativos à procura de emprego, mas não imediatamente disponíveis para trabalhar.

Mais de 490 mil desempregados estão no desemprego de longa duração, cerca de 173 mil dos quais são jovens, isto num cenário em que menos de 10% têm acesso à proteção no desemprego.

A taxa real de desemprego e subemprego nos jovens dos 15 aos 34 anos é pois de 31,3%. Dos 15 aos 24 anos a taxa ronda 52,2% e nos 25 aos 34 anos é de 23,6%.

Desde o 2º trimestre de 2013, 67 mil portugueses em idade ativa saíram do país em busca de melhores condições de vida.

O Governo, na sua tentativa de esconder a realidade do país, lança a ideia da descida do desemprego e volta a mentir. Propagandeia como soluções as medidas ativas de emprego, que servem para subsidiar as empresas e criar trabalho precário e mal pago. Ou como o caso dos Contratos Emprego Inserção na Administração Pública e dos Estágios no sector privado, que estão a substituir postos de trabalho permanentes e o valor pago não corresponde ao salário devido.

Como consequência da política de direita, com as sucessivas alterações ao Código do Trabalho e sendo o próprio governo a potenciar a precariedade e a permitir o uso abusivo dos vínculos precários no sector privado, são mais de 403 mil os jovens trabalhadores que estão com vínculo precário (132 mil dos 15 aos 24 anos e 271 mil entre os 25 e os 34 anos).

Torna-se cada vez mais imperioso a exigência da demissão deste governo e o fim desta política.

A Interjovem/CGTP-IN lançou uma campanha de denúncia das empresas que recorrem aos vínculos de trabalho precários, aos baixos salários e que agravam a exploração e o empobrecimento junto dos jovens trabalhadores.

A CML é um dos organismos públicos que tem abusado dos vínculos precários para preencher postos de trabalho de necessidade permanente, consequência de uma má política de recursos humanos. Constatamos inaceitavelmente o recurso a prestações de serviços (falsos recibos verdes), estágios não remunerados e contratos de emprego e inserção.

É urgente alargar e intensificar a luta, reforçar a unidade na ação dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

SINDICALIZA-TE NOS SINDICATOS DA CGTP-IN, FAZ PARTE DA LUTA EM DEFESA DOS TEUS DIREITOS, DA TUA VIDA! Faz parte da vida do STML, o TEU Sindicato! ■



XXIII ENCONTRO de cicloturismo

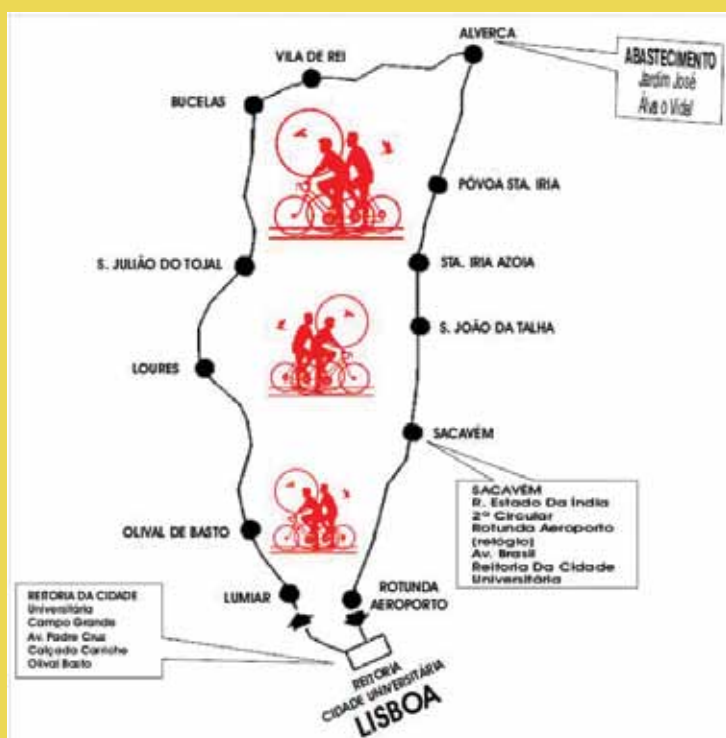
Inserido nas comemorações do 44º Aniversário da CGTP-IN sempre ao lado dos trabalhadores, a Direção da União dos Sindicatos de Lisboa vai, no dia 5 de outubro, realizar o seu XXIII Encontro de Cicloturismo. A USL há 22 anos que promove a realização do seu Encontro de Cicloturismo, que tem ocorrido sempre no feriado 5 de Outubro (Dia comemorativo da Restauração da República Portuguesa). Este ano o XXIII Encontro de Cicloturismo vai realizar-se no mesmo dia (domingo), apesar deste feriado fazer parte dos feriados roubados por este Governo. A realização do XXIII Encontro de Cicloturismo vai ser mais uma iniciativa sindical de convívio e confraternização de muitos amigos e conhecidos que há muitos anos se encontram nesta altura, a que muitos outros se podem juntar.

A exemplo de anos anteriores, a direção da USL/CGTP-IN gostaria de contar com a participação neste Encontro de equipas ou individuais oriundos do Movimento Sindical, sendo a inscrição gratuita, podendo os associados do STML fazer as suas inscrições presencialmente na sede do nosso sindicato ou através de correio eletrónico para stml@stml.pt.

O regulamento está disponível em www.uniaolisboa-cgtp.pt

Por motivos de questões ligadas à organização do Encontro, nas inscrições deve constar o nome completo dos participantes e a data de nascimento, devendo as inscrições ser feitas até ao dia 30 de Setembro para a USL:

Via correio: Rua S. Pedro de Alcântara, nº 63 – 2º 1250-238 Lisboa
Via Fax: 21 342 41 40 Via e-mail: usl@uniaolisboa-cgtp.pt ■



A luta dos reformados não pode parar!

24 de Julho – Protesto no Jardim da Estrela



Organizada pela **Inter-reformados/CGTP-IN** e pela **Confederação MURPI**, realizou-se uma ação de protesto contra os roubos nas pensões, e o ataque às Funções Sociais do Estado. Estava em preparação mais uma ofensiva legislativa contra os reformados, que pretendia substituir a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) por uma Contribuição de Sustentabilidade (CdS) definitiva, a partir de 2015, eternizando o assalto fiscal aos reformados.

Arménio Carlos, presente nesta iniciativa, salientou a responsabilidade deste Governo na agressão e humilhação impostas aos reformados e aos trabalhadores em geral. A CGTP, o MURPI, a Frente Comum e muitos sindicatos, apresentaram na Assembleia da República pareceres negativos sobre esta proposta de lei.

30 de Julho - Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a CES em 2014 e o destino dos descontos para a ADSE

O Tribunal Constitucional não declarou a inconstitucionalidade do alargamento da base de incidência da CES para pensões superiores a 1000€, em grande medida com base no argumento da transitoriedade desta contribuição em face da situação de “emergência económica e

financeira” que o país atravessa e do “interesse público na redução do défice orçamental e do reequilíbrio das contas públicas.”

A CGTP-IN manifestou a sua discordância destas conclusões, que ignoram que esta Contribuição “temporária” tem vindo a ser agravada sucessivamente e já vai no 4º ano consecutivo.

Quanto à ADSE, o TC não declarou inconstitucional a alteração da Lei do OE 2014 que determina que 50% da receita da contribuição da entidade empregadora reverta para os cofres do Estado. Mas não se pronunciou sobre o aumento das contribuições para os 3,5%, dado que a lei que estabeleceu esse aumento ainda não existia quando o pedido de verificação da constitucionalidade foi formulado.

A CGTP-IN continua a considerar que este aumento é, de facto, um novo imposto dirigido a um só setor da população e que, portanto, não respeita a Constituição.

14 de Agosto - Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a Contribuição de Sustentabilidade (CdS) e a novas reduções remuneratórias dos trabalhadores do sector público

A declaração de inconstitucionalidade da CdS veio dar razão à luta da CGTP e dos reformados contra esta lei iníqua que o Governo, a sua obediente maioria parlamentar e o alto patrocínio do Presidente da República, pretendiam impor a quem já trabalhou e descontou durante largas dezenas de anos para garantir uma reforma digna.

O TC considerou inconstitucionais as reduções remuneratórias dos trabalhadores do sector público a partir de 2016. Mas, lamentavelmente, deixou passar esses cortes injustos e imorais, para os anos de 2014 e 2015.

O que nos remete para uma verdade mais do que demonstrada: **Nada nem ninguém pode substituir a luta organizada dos trabalhadores na defesa dos seus direitos.** ■



Aos Reformados!

Aos que, em breve, se irão reformar!

Porque a reforma não é o fim de uma vida
e outros caminhos se vão abrir
Porque é urgente lutar contra quem nos quer empobrecer
Porque os direitos conquistados em Abril não podem ser destruídos
Porque não podemos esquecer amigos que o trabalho uniu
Porque há muitas memórias para partilhar
e uma bela cidade para redescobrir

A Comissão de Reformados do STML apela a todos os sócios já aposentados, e também aos que estão próximos de se aposentarem, para que se mantenham ligados ao nosso Sindicato.

Com uma pequena quota mensal cujo valor pode ser definido por cada associado, desde que não inferior a 0,5 €, beneficiamos de todos os direitos estatutários e podemos participar nas atividades da Comissão de Reformados.

Reuniões: 3ª quarta-feira de cada mês (exceto Agosto), 14,00 horas
Presença no STML de elementos da Comissão, para informação aos sócios: manhãs de 4ª feira
Contactos: Tel. 218 885 430 - E-mail aposentados@stml.pt Website: <http://www.stml.pt> ■



Um governo que teima em lançar o país e os portugueses na penumbra da pobreza!

Se dúvidas houvessem, o governo de Passos & Portas insiste e aprofunda a política contra os interesses dos trabalhadores e do povo, mesmo depois da saída formal da *troika* externa. O último orçamento retificativo, votado e aprovado em setembro (tratando-se da segunda “correção” de 2014 face às constantes ilegalidades do governo), é prova disso mesmo e o que aí vem para 2015, nomeadamente através da proposta de Orçamento de Estado, atesta a nossa assertividade.

Fazemos menção à *troika* externa, porque a *troika* interna, essa, mantém-se em funções e bem ativa como infelizmente nos têm habituado ao longo destes últimos 39 anos, com as consequências nefastas e indesmentíveis possíveis observar no dia-a-dia de cada trabalhador, reformado, jovem ou desempregado português.

Das medidas preconizadas que deveriam salvar o país da bancarrota; dos salários que dificilmente seriam pagos caso não houvesse lugar a um empréstimo externo e que viria a comportar juros agiotes justificando, principalmente para os membros deste governo e Srs. banqueiros, a institucionalização dos sacrifícios por longos anos que se projetam num futuro difícil de antever; dos aumentos de impostos “brutais”, sobrecarregando as famílias de forma inaudita, num paralelismo quase impar na Europa (proporcionalmente ao custo de vida de Portugal e dos restantes países da zona euro), tudo serviu para compor o ramalhete da austeridade que em grande medida tem conduzido a imensa maioria dos portugueses para uma pobreza acelerada, incluindo muitos milhares no desemprego ou pressionados a procurar fora do país perspectivas de vida e de futuro.

Mas para que serviu tanta austeridade se as contas públicas estão mais deficitárias e se a dívida externa portuguesa cresceu num ritmo constante com a aplicação das inúmeras medidas draconianas, de todos conhecidas e que revelam e continuam a revelar uma natureza arbitrária, injusta e incompreensível? Temos uma dívida que ronda os 132,9% do PIB, quando em 2011 (início do mandato do PSD/CDS-PP) e num cenário já extremamente negativo, era de 108,2% do PIB. Perguntamos novamente: sacrificados para quê e para quem?

Como justificar o facto de quase 25% da população ativa portuguesa estar sem trabalho? Como justificar que mais de 50% dos portugueses vivam no limiar que separa os pobres dos muito pobres? Como justificar a aproximação aos números da emigração que se observavam na década de sessenta do século passado? Como justificar a crescente dependência externa do nosso país, quando somos e podemos ser autossuficientes



na produção de inúmeros bens de primeira necessidade, de consumo alimentar ou até bens de consumo intermédios?

Como justificar o desinvestimento e a destruição da capacidade produtiva nacional, deixando de explorar o imenso mar e os seus recursos, destruindo a indústria pesqueira; ou deixando de explorar sustentadamente as terras da agricultura espalhadas de norte a sul do nosso território, elementos sempre subestimados pelos partidos do ‘arco de governação’, à parte dos seus discursos hipócritas, cínicos e demagógicos de quem alternadamente só se preocupa em vender e aniquilar o país, mas também as nossas vidas?

Como justificar o desmantelamento da capacidade produtiva associada à indústria naval, quando fomos pioneiros mundiais nesta área, destacando inevitavelmente a Lisnave? Sem nos esquecermos todavia, dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mas também da Sorefame, da Siderurgia Nacional, ou de outras grandes unidades produtivas que, sob a tutela do Estado português, desempenhavam um importante papel na dinamização da economia nacional. Não desvalorizamos ainda os casos da Rodoviária Nacional, da CP, hoje segmentada em várias empresas e prestes a ser privatizada, da TAP, em situação idêntica, entre muitos e muitos mais exemplos que poderiam ser aqui enumerados.

Percebemos que as nossas vidas têm retrocedido à medida que o país também retrocede e daí afirmarmos a necessidade urgente em o recuperar, resgatando o futuro a que temos direito! Portugal não aguenta um governo que de facto vive acima das suas possibilidades e muito menos uma política subserviente que despreza os interesses nacionais, como têm feito PS e PSD, com ou sem o CDS-PP atrelado.

Construir uma alternativa séria, coerente e capaz para o governo do nosso país, é uma obrigação de todos aqueles que não se sujeitam a pseudas inevitabilidades! Uma alternativa que impreterivelmente, deverá ser patriótica e de esquerda!

Governo falhado, ilegal e ilegítimo: **RUA!** Exigimos eleições antecipadas! ■



Agressão sionista à Palestina materializa uma ocupação reforçada

Israel apropriou-se de mais 400 hectares de terras na Cisjordânia, reforço da ocupação que confirma o projeto sionista de expulsão dos palestinianos dos seus territórios.

A decisão de anexar os terrenos entre as cidades palestinianas de Belém e Hebron, anunciada domingo, formaliza o reconhecimento do colonato de Gva'ot por parte de Israel, mas sobretudo atesta que o governo liderado por Benjamin Netanyahu é um fiel executor de um plano cujo objetivo é forçar o povo da Palestina ao exílio.

As autoridades palestinianas denunciam que este reforço da ocupação contempla o roubo de um total de mil hectares na Cisjordânia. Os palestinianos sublinham, igualmente, que a estratégia expansionista é ilegal e representa um obstáculo à paz.

Posição semelhante manifestou o secretário-geral das Nações Unidas, para quem «reclamar esse terreno tão grande (...) abre caminho para futuros colonatos», o que é «ilegal à luz do direito internacional e está totalmente contra a tentativa de procura da solução que prevê os dois estados».

O Egito também criticou Telavive, salientando o impacto negativo



da anexação nas negociações previstas para as próximas semanas no Cairo. Recorde-se que o governo egípcio foi o mediador do cessar-fogo que determinou a suspensão da ofensiva israelita contra a Faixa de Gaza. Em mais de 50 dias de intensos bombardeamentos, a campanha militar matou 2143 palestinianos, a esmagadora maioria civis e entre os quais cerca de meio milhar de crianças; feriu quase 11 mil, muitos dos quais ficarão com sequelas para toda a vida; destruiu

centenas de escolas e unidades de saúde, boa parte das infraestruturas básicas e milhares de habitações, provocando uma crise humanitária com milhares de deslocados carentes dos géneros mais básicos e um grau de destruição que leva a calcular em mais de uma década e em centenas de milhares de euros o tempo e o custo da reconstrução do enclave.

Entretanto, o primeiro-ministro israelita justificou a interrupção da guerra contra a Faixa de Gaza com a necessidade de salvaguardar recursos. O argumento serve de base para a imposição de cortes orçamentais na ordem dos dois por cento em todas as áreas públicas, à exceção da Defesa – sublinhando a validade da tese que afirma que não é livre o



povo que oprime outros povos –, mas demonstra, igualmente, que o sionismo projeta já novas investidas armadas na região.

Concluimos este artigo com as palavras de Hikmat Ajjuri, Embaixador da Palestina em Portugal, quando assertivamente afirma:

«(...) um cessar-fogo, sem qualquer solução política, será apenas um time-out para mais uma ofensiva israelita a fim de restaurar a invencibilidade do seu Exército, porque Israel tem vindo a escolher sobreviver através do ataque e intimidação dos seus vizinhos, uma vez que considera isto necessário para satisfazer as suas necessidades políticas e sociais nacionais. Isto explica por que Israel continuou a ignorar as dezenas de resoluções da ONU, que pedem para retirar as forças israelitas dos territórios ocupados e para congelar a mudança de fatos no terreno, como a construção de colonatos e a transferência dos seus colonos para viverem, ilegalmente, lá. Israel levou as suas ações ilegais, com impunidade, muito longe, resultando no apoio norte-americano incondicional. Até agora, os Estados Unidos têm exercido o seu direito de veto mais de 42 vezes, a fim de proteger Israel e as suas ações ilegais. (...) Todas as ofensivas anteriores realizadas contra o povo da Palestina e do Líbano foram numa altura próxima às eleições gerais israelitas. (...) Todos nós, palestinianos, incluindo o Hamas, aspiramos viver com dignidade no nosso próprio país soberano, lado a lado com o Estado de Israel. É dever da comunidade internacional impor a solução de dois Estados que defende. Caso contrário, o radicalismo, com as suas ferramentas destrutivas, será a única língua falada no Médio Oriente e, com certeza, além.» ■

Protocolos do STML

- | | | |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none">- 10% de desconto nas propinas;- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração• ISG - Instituto Superior de Gestão• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade• Escola Superior de Educação João de Deus | <ul style="list-style-type: none">• ISTECH - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas• COFAC - Universidade Lusófona<ul style="list-style-type: none">- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa- Instituto Superior Politécnico do Oeste- Instituto Superior D. Dinis- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Escola Superior de Educação Almeida Garrett• Lancaster College• Universidade Lusíada• Mundi Travel• Teatro da Cornucópia | <ul style="list-style-type: none">• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo• Millenium BCP• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina• MACIF - Companhia de Seguros• Aldeamento Turístico de Palmela• Viagens FALCON• BP• Optimus• Vodafone• NOS ■ |
|--|---|---|